

25 FEV 1991

4 — JORNAL DA TARDE

jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE S.PAULO
Av. Engº Caetano Álvares, 55 — 856-2122 (PABX) — CEP 02598
São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01051 SP — E. Telegráfico ESTADO
Telex 011.23511 — Fax 265-2297



Fundado em 1875

JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

Júlio de Mesquita Neto

Luiz Vieira de Carvalho Mesquita

Ruy Mesquita

César Tácito Lopes Costa

José M. Homem de Montes

Oliveiros S. Ferreira

Diretor de Unidade

Ruy Mesquita Filho

Diretor de Redação

Fernão L. Mesquita

Diretor Executivo

Fernando L. Mitre

Editor Chefe

Celso Kinjo

Diretor Superintendente

Francisco Mesquita Neto

Diretor Comercial

Roberto Crissiumá Mesquita

Diretor Agência Estado

Rodrigo L. Mesquita

Saudosistas dos choques

Certamente saudosos dos tempos em que interviniham com violência na economia e, com congelamentos, quebravam o termômetro da inflação mas não atacavam as causas do problema, economistas heterodoxos que passaram pelo governo voltam a pedir um "plano" antiinflacionário. No debate promovido na semana passada pela rádio **Nova Eldorado AM**, esses economistas, embora admitissem sinais positivos na economia, sugeriram a adoção de medidas duras para combater a inflação.

Quem defendeu de forma clara um novo choque econômico foi o ex-ministro da Fazenda Luiz Carlos Bresser Pereira, que, com uma dessas fórmulas conhecidas do receituário heterodoxo, baixou a inflação abruptamente em junho de 1987 mas deixou o cargo em dezembro daquele ano quando a inflação, como era previsível, voltou a subir de maneira acelerada. "Não conheço nenhum país que tenha resolvido o problema sem um choque. Precisamos de uma medida heróica", disse Bresser ao debater com o ex-ministro e deputado federal Roberto Campos.

O que de pior poderia acontecer neste momento — em que "o País parou de piorar e, provavelmente, começará a melhorar", como disse Campos — seria a adoção de medidas heterodoxas. Essas medidas, as quais o governo recorreu com regularidade de 1986 até o início do ano passado, não apenas se revelaram inteiramente inócuas — pois a inflação, apenas temporariamente escondida, ressurgia revigorada — como produziram enorme desorganização da economia e inibiram o investimento.

O País não precisa, como nunca precisou, de choques heterodoxos. Precisa, isto sim, de um choque de liberdade, como costuma dizer o deputado Roberto Campos, e de reformas estruturais, entre as quais a tributária.

E por este caminho que, felizmente, vai seguindo a equipe do ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira. Ao mesmo tempo em que mantém

rígidas políticas monetária e fiscal, a equipe econômica, diz o ministro, vai usar os instrumentos legais de que dispõe para forçar alguns setores da economia a moderarem os reajustes de preços. Vai também estreitar os contatos com o Congresso visando à aprovação da reforma tributária que simplifique o sistema e reduza o número de impostos (de 52 para 8, como admite o ministro). Mas não aplicará nenhum choque na economia. "Quem determina os preços do produto é o mercado, apenas o mercado", diz o ministro.

Os resultados de uma política como essa, embora duradouros, não são imediatos, como a busca — mas ilusória, ressalve-se — queda da inflação que se observa nos choques heterodoxos. Mesmo assim, aos bons resultados obtidos pela equipe econômica no front externo — o acordo fechado com o FMI; a conclusão, esperada para hoje, das negociações com os credores oficiais reunidos no Clube de Paris; e a possibilidade de se acelerar os entendimentos com os credores particulares — somam-se episódios que mostram que as leis de mercado voltam a funcionar.

Nem mesmo uma estatal gigantesca como a BR Distribuidora, subsidiária da Petrobrás, pôde escapar à briga pelo mercado e viu-se obrigada a oferecer descontos aos consumidores. O imenso estoque de 48 mil unidades nas montadoras e na rede de distribuidoras de veículos é o melhor retrato de que o mercado não aceita os preços impostos pelas fábricas.

Patrões e empregados, fornecedores e clientes, indústria e comércio já vêm negociando, em casos ainda isolados, acordos de salários e preços que permitam manter as empresas funcionando e os trabalhadores empregados. A recessão acabará por ampliar essas negociações até que seja possível — ainda que depois de muitas tentativas frustradas — se chegar a um pacto que, sem choques, permita à sociedade encontrar o caminho para sair da inflação e da recessão.